

INDICE GENERAL

TÍTULO IV

CAPÍTULO I

O direito fundamental à identidade genética dos nascidos pela técnica da reprodução assistida heteróloga

Introdução	27
1. Direitos fundamentais garantidores da identidade genética ...	28
1.1 Princípio da Dignidade Humana	28
1.2 Princípio do Melhor Interesse da Criança	30
2. A proteção dos direitos humanos em face da identidade genética	32
3. Vulnerabilidade e cuidado como valores jurídicos	34
4. Reprodução assistida heteróloga e o direito à origem genética	36
Conclusão	41
Referências	42

CAPÍTULO II

Direito à vida. reflexão sobre o início da vida e a interrupção voluntária da gestação no BRASIL

Desarrollo	45
Referências	53

CAPÍTULO III

La castración química: análisis respecto a su viabilidad en el Perú

Introducción	57
--------------------	----

Análisis de viabilidad	63
Conclusión	67
Referencias	68

CAPÍTULO IV

Manipulação genética por meio da técnica do CRISPR-CAS9, o estado da ciência e o princípio da precaução

Introdução	72
1. A sociedade de risco e os princípios da prevenção e da precaução	74
2. Do estado da ciência e da teoria do risco do desenvolvimento	78
3. Do CRISPR-Cas9 e da aplicação do princípio da precaução no estado da ciência	82
Considerações finais	88
Referências	90

CAPÍTULO V

A indústria cultural como produto do consumocentrismo: o esclarecimento e a ética socioambiental

Considerações iniciais	96
1. A mistificação do esclarecimento e a indústria cultural ..	97
2. Os reflexos do consumocentrismo e a ética socioambiental na sociedade moderna	102
Considerações finais	108
Referências	110

CAPÍTULO VI

La vulneración de derechos al nasciturus en madre migrante afectada por violencia familiar desde la bioética

Introducción	113
1. La identificación del grupo vulnerable en evaluación	115
2. Las condiciones de inestabilidad y peligro en las madres gestantes migrantes	120
3. El daño al nasciturus por violencia contra la madre durante el embarazo ante la sociedad y ante el Estado	122
4. La invisibilidad de la violencia “indirecta” contra el nasciturus	123
Conclusiones	124
Resultados	124
Referencias bibliográficas	125

CAPÍTULO VII

Indisponibilidade e proteção de direitos a partir da perspectiva do núcleo duro da normatividade trabalhista: bioética e sustentabilidade humana como limites à negociação coletiva.

1. Introdução	131
2. Apontamentos sobre a doutrina social cristã com enfoque na encíclica Rerum Novarum e sua releitura, em maio de 2015, pela encíclica Laudato Si’ E FRATELLI TUTTI	132
3. O princípio da proteção	138
4. Indisponibilidade de direitos	142
5. Conteúdo mínimo das normas trabalhistas: indisponibilidade/proteção, qual o limite a ser observado?	146
6. Conclusão	161
Referências	163

CAPÍTULO VIII

Corredores ecológicos e sustentabilidade: análise custo-benefício sob a ética aplicada

1. Introdução	167
2. A sustentabilidade multidimensional como princípio constitucional sistêmico.	169
3. A análise custo-benefício sob a ótica da ética aplicada ..	173
4. Os corredores ecológicos	178
5. Considerações Finais	183
Referências	183

CAPÍTULO IX

La bioética y el bioderecho en el ordenamiento jurídico cubano

Introducción	187
1. Un breve estudio del marco jurídico internacional en la Bioética y el Bioderecho desde el Derecho Internacional .	189
1.2 Los aportes desde la Filosofía a la Bioética	199
1.3 ¿Qué es entonces el Bioderecho?	201
2. La Bioética y el Bioderecho en el ordenamiento jurídico cubano	205
2.1 La formación jurídica en Bioética y Bioderecho en la carrera de Derecho en la Universidad de Granma desde la disciplina de Derecho Civil y Familia	213
Conclusiones	219
Referencias	220

CAPÍTULO X

**Los derechos fundamentales de los animales no humanos
en el código civil y comercial argentino y en normativas
internacionales.**

Críticas a la regulación normativa nacional

1. Introito	236
I. La situación de los animales en el Código Civil y Comercial argentino	238
II. Naturaleza jurídica del status animal: “cosas vs. persona no humanas”	242
III. Del proyecto de ley sobre maltrato animal que no se logró	245
IV. Del daño causado por los animales en la legislación argentina. la responsabilidad civil	251
V. Protección normativa y el derecho internacional	252
2. Conclusión	255
3. Sugerencias	256
4. Referencias bibliográficas	256

CAPÍTULO XI

**Novas demandas à ética, segundo Hans Jonas.
A questão animal e outras questões**

1. As novas demandas colocadas à ética	259
2. A ontologia dessa nova ética	264
3. O Novo alcance da responsabilidade humana	273
4. Alguns imperativos éticos às políticas públicas ambientais.	276
Referências	278

CAPÍTULO XII

La mejora humana desde una perspectiva funcional del individuo

I. Individuos como sistemas funcionales	280
II. Mejora humana: el estado del arte	284
III. Mejora moral	289
IV. Conclusión: cuestiones de justicia	291
Referencia Bibliográfica:	293

CAPÍTULO XIII

Muerte digna: bioética y derecho

I. Introducción	295
II. Principios de bioética y desarrollo jurídico	297
III. Derecho subjetivo a morir y blindaje jurídico	307
IV. La dimensión constitucional del derecho a morir con dignidad	309
V. Sugerencias	313
VI. Conclusiones	314
Referencias bibliográficas	315

CAPÍTULO XIV

Corpo humano como matéria-prima para a pós humanidade: análise dos limites bioéticos do transumanismo

Introdução	319
1. As revoluções sociais e as novas tecnologias	320
2. O corpo humano, transumano e pós-humano	327

3. O aprimoramento humano e a bioética	336
Conclusão	341
Referências	342

CAPÍTULO XV

Biocentrismo e os direitos da natureza

Introdução	347
1. A ética holística ambiental: Antropocentrismo x Biocentrismo	347
2. A consciência ambiental na visão de alguns povos americanos	352
2.1 Pachamama e o Biocentrismo	353
3. Do antropocentrismo rumo ao biocentrismo	355
Considerações Finais	361

CAPÍTULO XVI

Testamento biológico y directivas anticipadas. ¿Una pendiente resbaladiza?

I. Introducción	365
II. Planteo del problema	366
III. Objeto	368
IV. Modalidades	370
V. Legislación vigente	371
VI. Requisitos de validez	373
VI.I Sujeto disponente	373

VI.II Formalidades	374
VI.III Representante	374
VII. Contenido de los mandatos de autoprotección	375
VIII. Relaciones argumentales conflictivas del testamento biológico	376
VIII.I Ley de Muerte Digna y Código Penal argentino	376
VIII.II Eutanasia	378
VIII.III Cambio de paradigma	380
VIII.IV Una pendiente resbaladiza de consecuencias impredecibles para el Derecho argentino	381
VIII.V Conflictos dilemáticos entre autonomía, protección y dignidad humana	382
VIII.VI La dignidad como condición para la autonomía y la protección	383
IX. Respuesta jurídica desde la axiología dikelógica	385
X. A modo de epílogo	387
XI. Referencias bibliográficas	388

CAPÍTULO XVII

Neuroderechos y neurotecnología. Nuevos retos para los derechos fundamentales

I. Introducción	391
II. A modo de conceptualizaciones	393
III. ¿Y por qué hablar ahora de neuroderechos ?	396
IV. Un análisis necesario de los neuroderechos	400

V. A manera de conclusión	404
VI. Referencias bibliográficas	405

CAPÍTULO XVIII

O reconhecimento das indicações geográficas como meio de promover o etnodesenvolvimento e a efetivação de direitos humanos em comunidades indígenas

1. Introdução	407
2. O etnodesenvolvimento e a sua relação com o desenvolvimento regional e o cumprimento do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável N. 8 para a efetivação de direitos humanos	409
2.1. O Etnodesenvolvimento e o desenvolvimento regional como um direito humano	409
2.2. A importância do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável n. 8 para o desenvolvimento regional	414
3. A tutela jurídica internacional das indicações geográficas	416
4. A proteção das indicações geográficas no âmbito interno	419
5. O caso da primeira denominação de origem brasileira concedida à uma terra indígena	421
6. Conclusão	424
7. Referências	426

CAPÍTULO XIX

Inovação com ética: desenvolvendo e implementando as técnicas substitutivas ao uso de animais não-humanos na pesquisa e ensino na área biomédica

Introdução	431
A questão da segurança dos testes realizados em animais não humanos para projeção de dados para humanos	434

Questões éticas relativas à experimentação animal	436
Desenvolvimento e Implementação de Técnicas Substitutivas ao uso de animais não humanos	441
Conclusão	444
Referências	445

CAPÍTULO XX

Liberdade de profissão não é lobby. reflexão sobre a prática da fisioterapia invasiva

Desarrollo	451
------------------	-----

CAPÍTULO XXI

Lei de direitos de liberdade econômica: a função social como limite à liberdade de contratar e à autonomia privada

I. Introdução	465
II. Principiologia contratual e a lei de direitos de liberdade econômica	468
• Princípio da autonomia privada (antigo princípio da au- tonomia da vontade) e liberdade contratual	469
• Princípio da supremacia da ordem pública, da função social, da boa-fé objetiva e da probidade.-	473
• Princípio da força vinculante dos contratos em contra- ponto ao princípio da relatividade das convenções	477
III. Afinal, o que aconteceu com os contratos?	479
IV. Considerações finais	486
V. Referências	491

CAPÍTULO XXII

El papel de las Naciones Unidas en la consolidación de los derechos humanos y fundamentales

1. Introducción	495
2. La ruptura de un nuevo paradigma: el proceso de internacionalización de los derechos humanos	496
3. La necesaria protección internacional de los derechos humanos	503
4. El sistema universal de protección de los derechos humanos	506
5. Conclusión	513
6. Referencias bibliográficas	514

TÍTULO V

CAPÍTULO I

El interés general como derecho fundamental y su valoración patrimonial por la administración pública. Entre los principios y los buenos deseos

Desarrollo	519
Conclusión:	522

CAPÍTULO II

Dignidad humana como derecho fundamental

Introducción	525
I. Dignidad humana	526
I.1. Concepto y características	526
I.2. Regulation Internacional	528
I.3. Regulación Constitucional	530
I.4. Interpretacion jurisprudencial	531

II. Derecho a una vida digna	532
III. Derecho a una muerte digna	532
III.1. Análisis de las leyes: 26529 y 26742	534
III.2. Análisis del Caso “D.M.A.” de la Corte Suprema de Justicia de la Nación	535
A modo de reflexion final	538

CAPÍTULO III

La obligación del estado paraguayo de garantizar el derecho a la vida, la salud en tiempos de pandemia

Desarrollo	541
------------------	-----

CAPÍTULO IV

Robert Alexy y la fórmula del peso en la sentencia No. 002-09-SAN-CC de la Corte Constitucional del Ecuador

Planteamiento general	549
1.- El caso	550
1.1 Los hechos	552
2. Los problemas jurídicos y el estado constitucional de derechos y justicia	558
3. Las técnicas de interpretación inherentes al estado constitucional de derechos y justicia	564
4. La ley de la ponderación y resultados de la fórmula del peso en la sentencia	569
5. ¿Estuvo bien aplicada la fórmula del peso?	576
Conclusiones	577
Referencias	578

CAPÍTULO V

La vulneración al debido proceso y aumento del punitivismo durante la pandemia del COVID -19

Introducción	581
1. El Punitivismo en la aplicación del sistema penal para controlar el cumplimiento de la prohibición de circulación en horarios no establecidos	584
1.1 Inobservancia del principio de dignidad de la persona en torno a la pena	587
1.2 Inaplicabilidad del derecho penal mínimo	588
1.3 Inaplicabilidad de la extinción del delito o de la pena por ley posterior más favorable	588
2. La vulneración al debido proceso administrativo en la aplicación de multas por incumplimiento del toque de queda en el contexto del estado de excepción.	590
Conclusiones	592
Referencias:	592
Fuentes normativas	593

CAPÍTULO VI

Notas acerca del derecho a la prueba y su relevancia constitucional. Desarrollo a nivel doctrinal y jurisprudencial en Bolivia*

1. La polisemia de la “prueba”	596
2. El significado y alcances del derecho a la prueba en el Derecho comparado	598
3. Elementos que integran el derecho a la prueba	600
4. El derecho a la prueba y su desarrollo en la jurisprudencia constitucional boliviana	601

5. Los alcances del debido proceso y el derecho a la defensa	605
6. El derecho a la prueba como elemento sustancial del debido proceso	608

CAPÍTULO VII

Análisis de los copartícipes en materia penal colombiana. a la luz de jurisprudencia constitucional y penal de la Corte Suprema de Justicia

Introducción	618
I. Los (co) partícipes en materia penal: Concepto y alcance	620
II. Los copartícipes en la jurisprudencia de la Sala Penal de la Corte Suprema de Justicia	623
III. Los (co)partícipes en la jurisprudencia de la Corte Constitucional: El caso de la sentencia C-283 de 2021	629
Conclusiones	631
Bibliografía	633

CAPÍTULO VIII

Responsabilidade dos agentes públicos e a pandemia do Covid-19: análise do controle de constitucionalidade do Supremo Tribunal Federal

Introdução	637
1. O exercício de governabilidade do Presidente da República por meio das “Medidas Provisórias da Crise”.	640
2. Medida Provisória 966/2020: flexibilização da responsabilidade dos agentes públicos durante a pandemia.	643
3. Supremo Tribunal Federal e o controle de constitucionalidade da MP 966/2020	649

4. Conclusões	654
5. Referências bibliográficas	656

CAPÍTULO IX**Garantías de las víctimas en los delitos sexuales y por razón de género: conflictos con los derechos de agresores**

I. Introducción	659
II. Aplicación de la agravante de género como garantía de las víctimas	660
III. Victimización secundaria de las víctimas de maltrato de género en los procesos judiciales	666
IV. Información y protección de datos de la víctima como mecanismo de tutela frente a los derechos fundamentales del delincuente sexual	670
V. Conclusiones y sugerencias	678
VI. Referencias bibliográficas	679

CAPÍTULO X**Tutela ambiental e efetividade da proteção ao ambiente sadio e equilibrado**

I. Introdução	683
II. A tutela do meio-ambiente	684
III. A efetividade e eficácia das questões ambientais	686
IV. Celeridade na aplicação das normas e os resultado obtidos	687
V. Conclusão	691
VI. Bibliografia	692

CAPÍTULO XI

A “colisão” entre o direito à vida do feto e os direitos fundamentais da mulher, enquanto sujeitos de direitos autônomos: uma análise do voto do ministro Luís Roberto Barroso no Habeas Corpus Nº 124.306-RJ

I. Introdução	693
II. O direito à vida enquanto um direito fundamental: uma perspectiva contemporânea	696
III. A “colisão” existente entre o direito à vida do feto e os direitos da mulher enquanto sujeito de direitos autônomos	700
IV. HC Nº 124.306-RJ/STF: Os argumentos apresentados pelo ministro Luís Roberto Barroso que justificam a inconstitucionalidade da criminalização da interrupção voluntária da gestação, até o primeiro trimestre	702
V. A derrotabilidade das normas de direitos fundamentais no HC Nº 124.306-RJ/STF	709
VI. Considerações finais	712
VII. Referências	713

CAPÍTULO XII

O reconhecimento das indicações geográficas como meio de promover o etnodesenvolvimento e a efetivação de direitos humanos em comunidades indígenas

I. Introdução	717
II. O etnodesenvolvimento e a sua relação com o desenvolvimento regional e o cumprimento do objetivo do desenvolvimento sustentável n. 8 para a efetivação de direitos humanos	719

III. A tutela jurídica internacional das indicações geográficas	726
IV. A proteção das indicações geográficas no âmbito interno	729
V. O caso da primeira denominação de origem brasileira concedida à uma terra indígena	731
VI. Conclusão	734
VII. Referências	735

CAPÍTULO XIII
Quebrando o silêncio: vozes de mulheres violentadas psicologicamente

I. Introdução	741
II. Método	743
III. Resultados e discussão	743
IV. Considerações finais	750
V. Referências	751